



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Número do** 1.0223.17.001287-4/001 **Númeraço** 0012874-  
**Relator:** Des.(a) Paulo César Dias  
**Relator do Acórdão:** Des.(a) Paulo César Dias  
**Data do Julgamento:** 19/02/2019  
**Data da Publicação:** 01/03/2019

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - AMEAÇA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - PRELIMINAR DE NULIDADE - AUSÊNCIA DE PERÍCIA TÉCNICA - PRESCINDIBILIDADE - PREJUÍZO NÃO VISLUMBRADO - REJEIÇÃO - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - CONDENAÇÃO MANTIDA - REDUÇÃO DA PENA DE MULTA - IMPOSSIBILIDADE. A perícia técnica não se mostra imprescindível se a materialidade e autoria delitivas restam comprovadas nos autos, mormente pela prova oral. As nulidades somente devem ser declaradas quando trouxerem prejuízo efetivo às partes. Alegações levianas e infundadas de que o Magistrado sentenciante decidiu sem qualquer prova concreta não tem o condão de macular a decisão primeva. Comprovadas a autoria e materialidade delitivas, não há que se falar em absolvição. A palavra da vítima tem fundamental relevância, desde que corroborada com os demais elementos de prova e não haja evidência nos autos que a desabone, autorizando a condenação. A pena de multa não pode ser diminuída, uma vez que o dia-multa foi fixado no mínimo legal cominado.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0223.17.001287-4/001 - COMARCA DE DIVINÓPOLIS - APELANTE(S): PABULO PATRICK PEREIRA - APELADO(A)(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

## ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 3ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em REJEITAR A PRELIMINAR E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO.



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DES. PAULO CÉZAR DIAS

RELATOR.

DES. PAULO CÉZAR DIAS (RELATOR)

## V O T O

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ofereceu denúncia contra Pabulo Patrick Pereira, qualificado nos autos, dando-o como incurso nas iras do art. 147 do Código Penal, na forma da Lei 11.340/06.

Após a instrução processual, o MM. Juiz de primeiro grau julgou procedente a denúncia para condenar o réu pelo delito de ameaça, sendo-lhe aplicada uma pena de 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, em regime aberto, sendo substituída por 10 (dez) dias-multa, à razão mínima.

Inconformada, a i. Defesa adentrou com recurso de apelação. Nas razões de fls. 79/85, suscitou a preliminar de nulidade da sentença, pela inexistência de exame pericial nas mensagens extraídas de redes sociais e que foram base para a condenação. No mérito, pleiteou a absolvição do acusado, ao argumento de que as provas constantes nos autos são insuficientes para embasar um decreto condenatório. Subsidiariamente, requereu a redução do quantum da pena de multa aplicada.

Contrarrazões do Ministério Público às fls. 92/97.

Em seu parecer de fls. 104/105, a d. Procuradora de Justiça



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

opinou pela rejeição da preliminar e desprovimento do apelo.

É o sucinto relatório.

Conheço do recurso, porque presentes todos os pressupostos do juízo de admissibilidade.

## DA PRELIMINAR

Sustenta a Defesa que a realização de exame pericial nas mensagens extraídas das redes sociais e do celular da vítima seria pressuposto indispensável ao decreto condenatório, por se tratar a ameaça crime que deixa vestígios, motivo pelo qual afirma inexistir prova da materialidade delitiva, por violação da norma processual prevista no art. 158 do CPP.

Contudo, a despeito dos argumentos trazidos pela Defesa, entendo que a ausência de perícia técnica nas mensagens supostamente "ameaçadoras", por si só, não geram a ausência de provas da materialidade e autoria delitivas.

Com efeito, além de cópia das mensagens extraídas das redes sociais e do celular da vítima, fls. 15/23, as demais evidências do delito foram demonstradas nos autos, como se verá adiante, não havendo que se falar em ausência de materialidade e autoria diante desse contexto.

Registre-se, ainda, que a Defesa não logrou em demonstrar qualquer prejuízo advindo da ausência de perícia, o que impede o reconhecimento da aludida nulidade.

Sobre o tema das nulidades, oportuno lembrar o magistério de Guilherme de Souza Nucci:

No cenário das nulidades, atua o princípio geral de que, inexistindo prejuízo, não se proclama a nulidade do ato processual, embora produzido em desacordo com as formalidades legais (pas de nullo)



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

sans grief). A forma prevista em lei para a concretização de um ato processual não é um fim em si mesmo, motivo pelo qual se a finalidade para a qual se pratica o ato foi atingida, inexiste razão para anular o que foi produzido. (...) A tendência, hoje, é estreitar o campo das absolutas e alargar o das relativas. Embora na situação geradora de uma nulidade absoluta continue a ser presumido o prejuízo, sem admitir prova em contrário, o que se vem fazendo é transferir determinadas situações processuais, cujo prejuízo é sujeito à comprovação. Assim, o conceito de nulidade absoluta fica inalterado. Muda-se, no entanto, a classificação do ato processual, transformando-o de absolutamente viciado em relativamente falho. (in Código de Processo Penal Comentado, p. 800).

Consoante é cediço, o Código de Processo Penal, em seu art. 563, é expresso ao estabelecer que as nulidades somente devem ser declaradas quando trouxerem prejuízo efetivo às partes, entendimento esse sumulado pelo Supremo Tribunal Federal (Súmula 523):

No Processo Penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.

Nesse sentido, é a jurisprudência:

"RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - HOMICÍDIO TENTADO - PRELIMINAR - INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA - PRELIMINAR REJEITADA - HOMICÍDIO QUALIFICADO - SENTENÇA - NULIDADE - OCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO QUANTO ÀS QUALIFICADORAS. - Não se pode declarar nulidade sem que haja demonstração efetiva de prejuízo para qualquer das partes ou para a apuração da verdade real ('pas de nullité sans grief'), conforme as diretrizes expostas nos artigos 563 e 566 do Código de Processo Penal. - É nula a sentença de pronúncia



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

que não apresenta os motivos que orientaram o seu convencimento, não justificando a admissibilidade da qualificadora". (TJMG, RSE 1.0433.07.220994-6/001, Rel. Beatriz Pinheiro Caires, j: 29/03/12).

Ante o exposto, rejeito a preliminar suscitada.

## DO MÉRITO

Cinge-se a imputação fática, in verbis:

"Consta dos presentes autos inquisitoriais que no dia 08 de julho de 2016, em horário não precisado, nas imediações da FACED, no centro desta cidade, o denunciado, em ato de livre vontade, ameaçou causar mal injusto à vítima Brenda Vieira Silva.

Verifica-se que denunciado e vítima foram namorados por cinco anos, havendo o término do relacionamento em virtude de traição patrocinada pelo denunciado, situação que não foi aceita pelo denunciado que passou, a partir de então, a perseguir a vítima.

Restou apurado que na data dos fatos, diante da situação retromencionada, o denunciado proferiu ameaças à vítima, afirmando que iria matá-la passando o carro sobre sua pessoa, o que fez incutir na vítima fundado temor." (fls. 01D/2D)

Pugna a Defesa pela absolvição do réu do delito de ameaça, por entender que não há provas suficientes para ensejar a sua condenação.

No entanto, razão não lhe assiste.

Ao exame dos autos, verifica-se que a materialidade delitiva encontra-se cabalmente comprovada pelo Boletim de Ocorrência (fls.

03/04v), Termo de Declaração da vítima (fls. 06/06v e 24/24v), bem como pela prova oral colhida.

A autoria delitiva, por sua vez, também restou demonstrada.

Ouvido em juízo, o réu negou os fatos narrados na denúncia:

"que não é verdade que ameaçou a vítima; que nem carro, o dcte tem; que namorou com a vítima oito anos; que a vítima terminou; que o dcte tentou reconciliar três vezes; que já teve ciúmes da vítima; que realmente uma vez encontrou a vítima conversando com outro rapaz em uma festa, sendo que o dcte acabou discutindo com ela; que não ameaçou ela pelo celular; que é mentira que criou perfil falso da vítima; que Brenda era uma moça tranquila e com comportamento normal; que ela mora no bairro Vale do Sol; que não sabe se ela era puta. Que quando da discussão da festa, já tinha tentado reconciliar três vezes com a vítima; que sabia que a vítima não queria mais nada com o dcte, que Brenda enganava o dcte algumas vezes; que mesmo assim, o dcte insistia em reatar com ela; que dependendo do ponto de vista, é normal tentar voltar três vezes mesmo sendo enganado. Que o dcte não tinha as fotos de fls.17/21; que Brenda fazia dietas; que o dcte frequentava o Churrasquinho do Fio, em frente a FACED; que era vendedor dele; que foi procurado pela polícia no dia dos fatos; que o dcte estava no churrasquinho; que o dcte estava de carro; que o policial fez uma vistoria e liberou; que ele não falou nada sobre Brenda; que dois meses depois do término do namoro, o dcte arrumou outra namorada; que tem bastante tempo que não fala com Brenda." (fls. 59/60).

A ofendida Brenda Vieira Silva, sempre que ouvida, afirmou ter sofrido ameaças por parte do seu ex-namorado. In verbis:

(...) "Que o relacionamento sempre foi conturbado; Que a declarante tomou conhecimento dia 30/05/2016 que PABULO teria lhe traído, sendo assim resolveu dar um fim no relacionamento, porém PABULO

não aceita o termino do relacionamento, e constantemente liga para declarante, procura a mesma, vai até sua residência querendo reatar; Que PABULO está ameaçando a declarante proferindo os seguintes dizeres "ele fala que vai passar o carro em cima de mim se me ver com outra pessoa, fala que vai me fazer passar muita vergonha," (...) Que a declarante teme que PAULO cumpra as ameaças e faça algo contra sua integridade física." (fls. 06/06v).

(...) "que, a declarante afirma que depois que recebeu a Medida Protetiva o autor tem seguido a mesma e fica passando de carro na porta do seu trabalho; (...) o autor criou um perfil falso no instagram e começou a mandar mensagens e fotos da declarante de roupas intimas; que, o autor ameaçou a declarante a mandar suas fotos para os seus pais; que, o autor também fez montagens com as fotos da declarante, sendo estas fotos de mulheres "nuas"; (...) a declarante recebeu mensagens via whatsapp chamando a mesma de "vadia, puta, bom vai ser a hora que eu trombar com você na rua cachorra"; (...) a declarante tem certeza que as fotos publicadas nos grupos de whatsapp foram todas postadas pelo autor; (...) a declarante esclarece "estou com muito medo, dele fazer alguma coisa comigo"." (fls. 24/24v)

(...) "que mudou o número do telefone quatro vezes; que a dcte tirou as fotos de rosto de fls.18; que o telefone que consta nas fotos não é da dcte; que a dcte reconhece como tendo sido fotografada nas fotos marcadas com um 'X', sendo que estava fazendo dieta e mandou as fotos comparando o corpo da época, para o acusado; que foi ameaçada por mensagens no Facebook, do perfil do acusado; que foi duas semanas antes de ir à DEPOL prestar queixas; que depois da divulgação das fotos não teve mais problemas com o acusado; que teve uma festa que o acusado viu a dcte com um rapaz, sendo que o denunciado veio empurrando os dois; que a dcte fez B.O; que o acusado nunca jogou o carro encima da dcte; que mudou a rotina devido as ameaças do acusado que deixou de sair e não teve sossego para trabalhar; que os colegas de trabalho e faculdade presenciaram o acusado indo atrás da dcte. Depois que o acusado foi preso, não mais incomodou a dcte." (fl.56)

O depoimento da testemunha Edimilson Vieira da Silva em juízo, genitor da vítima, corroboram as declarações prestadas pela vítima. In verbis:

(...) "confirma o teor de fls. 07/08. Brenda contou que foi ameaçada pelo acusado; que a ameaça foi por mensagens do telefone; que ela continuava trabalhando e estudando normalmente. Que na época das ameaças, a vítima ia ao trabalho e a faculdade de forma intranquila, sendo que o dcte tinha que levá-la e buscá-la ao ponto de ônibus; que a vítima arrumou outro namorado e o acusado ficou pior ainda." (fl. 57).

Pois bem, sabe-se que a palavra da vítima, em crimes que normalmente ocorrem na clandestinidade, como é o caso dos abrangidos pela Lei Maria da Penha, possui uma enorme carga probatória. No mais, devem suas declarações prevalecer sobre a negativa do réu, sobretudo quando se apresentam firmes e coerentes com a dinâmica dos fatos e demais provas.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

**RECURSO EM HABEAS CORPUS. LEI MARIA DA PENHA. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. PALAVRA DA VÍTIMA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES.**

1. Em se tratando de casos de violência doméstica em âmbito familiar contra a mulher, a palavra da vítima ganha especial relevo para o deferimento de medida protetiva de urgência, porquanto tais delitos são praticados, em regra, na esfera da convivência íntima e em situação de vulnerabilidade, sem que sejam presenciados por outras pessoas.



2. No caso, verifica-se que as medidas impostas foram somente para manter o dito agressor afastado da ofendida, de seus familiares e de eventuais testemunhas, restringindo apenas em menor grau a sua liberdade.

3. Estando em conflito, de um lado, a preservação da integridade física da vítima e, de outro, a liberdade irrestrita do suposto ofensor, atende aos mandamentos da proporcionalidade e razoabilidade a decisão que restringe moderadamente o direito de ir e vir do último.

4. Recurso em habeas corpus improvido.

(RHC 34.035/AL, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 25/11/2013)

Assim, o que se vê é que, ao contrário do que alega a Defesa, o acervo probatório é firme e coerente com o decreto condenatório exarado em primeira instância.

Nos termos do art. 147 do CP, o crime de ameaça consiste em "ameaçar alguém, por palavras, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar mal injusto e grave".

Ressalte-se que para a realização da conduta, basta que a ameaça seja idônea e séria, a ponto de intimidar a vítima, o que, de fato, restou demonstrado nos autos.

A propósito:

O crime de ameaça é formal e se consuma no momento em que a vítima dela tem conhecimento. Basta o propósito de causar temor, inquietação ou sobressalto, para que se tenha consumada a infração. Se a vítima ficou com sua liberdade psíquica afetada pelas ameaças reiteradas do acusado, a ponto de procurar a polícia para pedir proteção, não há que negar a existência do delito do art. 147 do CP. O



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

dolo se caracteriza ainda que o sujeito ativo não tivesse a intenção de praticar o mal prometido. (TAMG - AC - Rel. Myriam Saboya - RT 738/691-692)

APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 21 DA LCP. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. OCORRÊNCIA. DECLARAÇÃO 'DE OFÍCIO. CRIMES DE EXTORSÃO E AMEAÇA. PROVAS CONVERGENTES À INCRIMINAÇÃO DO RÉU. PLEITO ABSOLUTÓRIO INVIABILIZADO. RECURSO DESPROVIDO.

- Transcorrido o prazo de dois anos entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória recorrível, sendo a pena de multa a única cominada ao recorrente pela prática da contravenção de vias de fato, há de ser extinta a punibilidade do réu, por força da prescrição, sob a modalidade retroativa.

- Afigurando-se intimidatórias as ameaças dirigidas às vítimas, as quais sentiram-se amedrontadas, tem-se por tipificado o delito previsto no art. 147 do CP.

- Se se faz suficientemente comprovada nos autos a prática do crime extorsão, não tem lugar a edição de decreto absolutório, nos moldes postulados em recurso, restando demonstrada a ameaça infligida à vítima ao propósito de constrangê-la ao pagamento de vantagem indevida. (Apelação Criminal nº 1.0103.13.002800-6/001, Rel. Des. Matheus Chaves Jardim, 2ª Câmara Criminal, Jul. em 27/10/2016, Pub. em 07/11/2016).

No mais, conforme preceitua Rogério Sanches Cunha, "o crime é de execução livre, podendo ser praticado por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico. Assim, pode o agente servir-se de palavras, faladas ou escritas, mímica (ex.: gesto de sacar uma arma) etc."

Conclui-se, portanto, que decidiu com o costumeiro acerto a culta Magistrada "a quo" ao definir a conduta praticada como fato típico, nos moldes do art. 147 do CP, sendo certo que o delito de ameaça restou devidamente comprovado nos autos, não existindo

qualquer espaço para a absolvição do réu.

Quanto à pena fixada ao réu, constato que o Magistrado a quo concretizou-a em 01 (um) mês e 15 (quinze) dias de detenção, em regime aberto, substituindo a reprimenda privativa de liberdade por multa, fixada em 10 (dez) dias-multa, à razão mínima.

Sabe-se que a aplicação da pena de multa, em um primeiro momento, deve obedecer somente ao critério trifásico da pena, devendo ser fixada entre os limites mínimo e máximo cominados em lei, em observância ao art. 49 do Código Penal.

Art. 49 - A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. Será, no mínimo, de 10 (dez) e, no máximo, de 360 (trezentos e sessenta) dias-multa.

§ 1º - O valor do dia-multa será fixado pelo juiz não podendo ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 5 (cinco) vezes esse salário.

§ 2º - O valor da multa será atualizado, quando da execução, pelos índices de correção monetária.

No caso em apreço, a aludida sanção foi aplicada no mínimo legal - 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 do valor do salário-mínimo vigente à época dos fatos.

Sendo assim, impossível acolher o pleito defensivo de redução da pena de multa, vez que fixada no patamar mínimo cominado.

Diante de todo o exposto, e sem maiores delongas, **REJEITO A PRELIMINAR E NEGO PROVIMENTO** ao recurso, mantendo inalterada a r. sentença hostilizada.



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Custas na forma da lei.

DES. FORTUNA GRION - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. OCTAVIO AUGUSTO DE NIGRIS BOCCALINI - De acordo com o(a) Relator(a).

SÚMULA: "REJEITARAM A PRELIMINAR E NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO"